



## Contribuições de Maurício Tragtenberg: a delinquência da educação no Brasil<sup>1</sup>

*The contributions of Maurício Tragtenberg: the delinquency of education in Brazil*

Fabiana de Cassia RODRIGUES\*

 <https://orcid.org/0000-0002-6658-3670>

**Resumo:** Apresenta-se a maneira como Maurício Tragtenberg abordava as relações entre poder e a produção de conhecimento, que fundamentam a *delinquência acadêmica* expressa na desconexão entre meios e fins na educação. Ou seja, trata-se de uma realidade histórica em que todo ensino e toda produção de conhecimentos não questionam o *para quê* de suas atividades. Logo, reproduzem as relações desiguais de poder e desconsideram as necessidades concretas das classes subalternas num desenvolvimento capitalista desigual e combinado. São também abordadas as estratégias de enfrentamento dessas condições, numa perspectiva atrelada à luta de classes. As fontes utilizadas são os textos sobre educação publicados pelo autor na transição para a Nova República, com enfoque em sua atuação num periódico educacional engajado nas lutas da época: a revista *Educação & Sociedade*. A partir das ideias de Tragtenberg, discute-se a atualidade de seu pensamento para inspirar análises sobre os problemas educacionais contemporâneos.

**Palavras-chave:** Maurício Tragtenberg. Delinquência Acadêmica. Poder. Educação brasileira.

**Abstract:** This article presents the way Maurício Tragtenberg approached the relationship between *power* and the *production of knowledge*. His ideas give support to the concept of *academy delinquency*, which demonstrates the disconnect between *means* and *ends* within education. In other words, it is a historical reality in which all teach, and the production of knowledge does not question the *for what* of their activities. Consequently, they reproduce the unequal power relationships and does not consider the concrete necessities of subordinate classes in unequal and combined capitalism development. The strategies to confront these conditions are discussed from a class struggle perspective. The texts about education, written by the author during the transition to the “New Republic”, and especially the ones produced for the educational journal *Educação & Sociedade*, are the main sources. Accordingly, Tragtenberg’s ideas, the reality of his thoughts, are discussed to inspire the analysis of contemporary educational problems.

**Keywords:** Maurício Tragtenberg. Academy Delinquency. Power. Brazilian Education.

*Submetido em: 31/8/2021. Aceito em: 15/3/2022.*

<sup>1</sup> Este texto é fruto dos resultados da pesquisa “Projetos editoriais e o debate educacional nos primórdios da “Nova República” (1978-1995): a revista *Educação & Sociedade* e a *Revista da ANDE*”, financiada pela Fapesp, processo 2019/03702.

\* Economista. Doutora em Educação. Professora do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas. (Unicamp, Campinas, Brasil). Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas (SP), CEP.: 13083-970. E-mail: [fabicrod@unicamp.br](mailto:fabicrod@unicamp.br).



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

“O Brasil tem um enorme passado pela frente”  
(MILLÔR..., 2018)

“Eu vejo o futuro repetir o passado  
Eu vejo um museu de grandes novidades”  
(CAZUZA, 1988)

## Introdução

**N**um clássico no debate historiográfico, Marc Bloch (2001) afirma que a história é feita de mudanças e permanências. Evidentemente, não há a repetição da história, mas há momentos em que as permanências se sobrelevam; então, como na frase do chargista ou na música do poeta, o passado repõe-se, e o futuro aparece como um museu de novidades.

No Brasil atual, vivenciamos um apagão educacional, por meio de um corte brutal nos recursos direcionados para a pesquisa. Em março de 2021, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) sofreu o maior corte do orçamento federal, com redução de 29% em comparação a 2019, secundado pelo Ministério da Educação (MEC), que teve perda de 27,1%. Logo, a produção de conhecimentos e o futuro da ciência estão seriamente comprometidos. Em documento que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência enviou para o Congresso, houve o alerta de que, se os recursos não fossem recompostos, as instituições que produzem ciência e tecnologia no país teriam suas atividades muito reduzidas ou mesmo paralisadas (ESCOBAR, 2021).

Se, de um lado, a mudança é desestruturante e traz uma nova conjuntura para as condições de trabalho na educação e na produção de ciência, por outro, há que se notar a reiteração histórica das circunstâncias de precariedade para o desenvolvimento do pensamento intelectual e para a produção científica. Tendo como inspiração o pensamento de Maurício Tragtenberg, o que há do passado na realidade atual de descabro diz respeito às condições e às finalidades da pesquisa e do ensino em seus diferentes níveis no Brasil.

Ao longo das décadas dos séculos XX e XXI, a escola e a universidade organizaram-se no país sob a marca da seletividade, da hierarquia e da exclusão, quadro que acompanhou inclusive os melhores momentos do crescimento do produto interno bruto no auge do processo industrializante durante a ditadura empresarial militar, entre os anos finais da década de 1960 e início da década seguinte. A precariedade da educação e da produção de conhecimentos foi recorrentemente denunciada por intelectuais críticos em especial ao final dos anos de 1970. As soluções mágicas advindas de respostas tecnológicas e tecnicistas mostraram-se um retumbante fracasso (CUNHA, 1981; FREITAG, 1984; TRAGTENBERG, 2012a).

Nesse contexto de crítica à política educacional da ditadura, Maurício Tragtenberg, um intelectual marcado pela autonomia de pensamento e originalidade, destacou-se nos debates educacionais. Sua produção traz contribuições significativas para inspirar análises sobre o quadro atual, em especial, porque muitos dos temas abordados e das problemáticas desenvolvidas por ele tiveram continuidade nas décadas subseqüentes e se agravaram sob a crise social e sanitária vivenciada a partir de 2020, sob a pandemia de COVID-19.

A maior parte de seus artigos, depoimentos e debates, em que o autor se envolveu no que tange à temática educacional, concentraram-se entre a segunda metade da década de 1970 e início dos anos de 1980 (UHLE, 2001).

O presente artigo apresenta, a partir das principais obras do autor, a maneira como Maurício Tragtenberg abordava as relações entre poder e a produção de conhecimento que fundamentam o que ele denominou de *delinquência acadêmica*. A delinquência advém essencialmente da desconexão entre meios e fins na educação. Ou seja, trata-se de uma realidade histórica em que todo ensino e toda produção de conhecimentos não colocam em questão, com radicalidade, o *para quê* de suas atividades. Logo, reproduzem as relações desiguais de poder e desconsideram as necessidades concretas das classes subalternas num desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Ao longo do texto, são também abordadas as estratégias de enfrentamento dessas condições, numa perspectiva atrelada à luta de classes.

Além da obra *Burocracia e Ideologia*, são utilizados como fontes, em especial, os textos sobre educação publicados pelo autor no período de crise da ditadura e transição para a Nova República – entre 1976 e 1985. É enfocada sua atuação num periódico educacional engajado nas lutas em defesa da escola pública na época: a revista *Educação & Sociedade*, produzida pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), do qual o autor também participava. Tragtenberg compôs a editoria e foi o autor mais frequente no primeiro decênio do periódico, criado em 1978, com um conjunto de 11 textos publicados<sup>2</sup>.

Maurício Tragtenberg era, então, docente da Faculdade de Educação da Unicamp. Sua trajetória intelectual foge aos padrões acadêmicos, e é possível notar que esse percurso traz influências nos posicionamentos políticos e teóricos do autor. Assim, após esta introdução, abordam-se a trajetória e a formação intelectual do autodidata. Em seguida, discutem-se os desdobramentos de sua principal obra *Burocracia e Ideologia* nos seus escritos sobre educação. São tratados também os caminhos políticos para articulação entre meios e fins na educação, tendo por eixo as lutas sociais e a auto-organização da classe. Para, enfim, indicar como o autor entende a produção do saber submetida ao poder, articulação que consubstancia a “delinquência acadêmica”. Ao final, a partir das ideias de Tragtenberg apresentadas, discute-se a atualidade de seu pensamento para inspirar análises sobre os problemas educacionais contemporâneos.

### **Trajetória e formação autodidata**

Originário do Rio Grande do Sul e neto de migrantes camponeses, pequenos proprietários provenientes da Ucrânia, Tragtenberg cresceu no interior desse estado, em Erebango, cidade que posteriormente veio a se chamar Getúlio Vargas. Os camponeses dessa região traziam influências da imprensa libertária, possuíam um senso coletivo de vida e trabalho, segundo relatou Tragtenberg em suas memórias, “Todos eram alunos e professores, e aprendiam ao mesmo tempo os segredos do cultivo da terra [...]” (TRAGTENBERG, 1991, p. 80), instruíam-se e ensinavam em diferentes idiomas, além de serem leitores de autores anarquistas russos, especialmente Tolstói.

---

<sup>2</sup> Os artigos publicados nos dez primeiros anos da Revista, entre 1978 e 1988, foram: Tragtenberg (1978, 1979a, 1979b, 1980, 1981a, 1981b, 1984, 1985a, 1985b, 1986, 1987).

Tragtenberg mudou-se para São Paulo nos anos de 1930. Não tendo concluído o ensino regulamentar, mas sendo leitor inveterado, sua formação teve um percurso marcadamente autodidata. Ele costumava explicar que cursou várias *universidades* ao longo de sua vida, entre elas, as mesas de bares, passando por partidos políticos e pela convivência com a família de Perseu Abramo<sup>3</sup>.

Nos anos de 1940, foi frequentador assíduo da biblioteca municipal de São Paulo e fez amizade com outros colegas que estudavam naquele espaço. Fez parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas foi expulso em 1945 por realizar questionamentos considerados impertinentes. Na ocasião, foi utilizado como base de sua expulsão o artigo número 13 do estatuto do partido, que proibia contato com obras ou grupos trotskistas. Outro foco de difusão cultural que Tragtenberg frequentou nessa época foi o Partido Socialista, no qual conheceu Antônio Candido, que lecionava História do Brasil na sede desse partido. Foi também Antônio Candido que, certa vez, no saguão da biblioteca municipal, lhe deu a sugestão de apresentar uma monografia como forma de ingressar na Universidade de São Paulo (USP), possibilidade legítima de acesso a essa instituição à época (MARRACH, 1999).

Quando concluiu o curso de História na USP, ingressou como professor num ginásio em São Paulo e depois na Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto. Em 1964 veio a demissão sumária em decorrência do golpe. Foi perseguido na escola em que atuava, mais tarde teve acesso ao parecer que a diretora escreveu indicando suas atividades tidas por ela como inapropriadas ou subversivas. O parecer, nos anos de 1980, foi publicado na revista *Educação & Sociedade* de número 17. Tal documento atesta a denúncia de que Maurício Tragtenberg foi vítima em maio de 1964. Num relatório enviado à Inspectora do Ensino Secundário e Normal, a diretora da escola escreve:

I – Faz parte do corpo docente na qualidade de professor secundário de História Geral e do Brasil, o Sr. Maurício Tragtenberg, brasileiro, casado, licenciado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, removido para este estabelecimento no Concurso de Remoção de 1961;

II – Nesta casa, em suas aulas desenvolvia doutrinação nos jovens, abusando da liberdade doutrinária de cátedra, captando desta forma a totalidade dos alunos para suas ideias. Por ocasião de um dos seminários houve até ridicularização de métodos pedagógicos de outros professores do estabelecimento.

[...]

V – Por declaração verbal do próprio professor Maurício Tragtenberg, feita na sala dos professores, consta que fora detido e que seus trabalhos estão apreendidos para posterior julgamento (EDUC. SOC., 1984, p. 149).

Essa experiência de Tragtenberg somou-se a outras, como a expulsão do PCB e o trabalho como escriturário no Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, que deram substrato e inspiração para a construção de um desenho histórico-crítico da dominação burocrática naquele que se tornou seu trabalho mais conhecido: *Burocracia e Ideologia*. A obra resultou da tese de doutorado defendida em 1973 na USP. Nela, Tragtenberg realizou

---

<sup>3</sup> Perseu Abramo foi um sociólogo e jornalista brasileiro, descendente de italianos. Viveu em São Paulo, foi ativo partícipe da criação da Universidade de Brasília (UnB), foi professor de diversas universidades, além de ter atuado como jornalista nas redações de *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. Nos anos de 1940 e 1950, a família de Perseu Abramo acolheu em muitos almoços de domingo o jovem Maurício Tragtenberg em um estimulante ambiente intelectual.

uma análise crítica e histórica da Teoria Geral da Administração por meio da análise das ideias de Taylor, Fayol e Mayo.

## **Burocracia e Educação**

Partindo de um estudo profundo do pensamento de Max Weber, Tragtenberg mostra que a burocracia é um tipo de poder, correspondente à organização. “É um sistema racional em que a divisão do trabalho se dá racionalmente com vista a fins” (TRAGTENBERG, 2006, p. 171). Logo, a burocracia implica “[...] a existência de normas escritas, estrutura hierárquica, divisão horizontal do trabalho e impessoalidade no recrutamento dos quadros” (TRAGTENBERG, 2006, p. 171).

Sob o capitalismo, a unidade de produção dominante, ou seja, a indústria, passa a ser gerida burocraticamente, e a burocracia torna-se o fator social dominante. Weber expressou, por meio de sua obra, os dilemas do capitalismo alemão, demonstrando que é preciso combater o domínio absoluto da burocracia sobre a sociedade. Sem um controle político social que garantisse a liberdade política, de pensamento e expressão, a burocracia poderia ser uma enorme prisão regida irracionalmente. Em outras palavras, a burocracia racional pode ser tecnicamente funcional no plano administrativo enquanto inepta no plano político.

Sob o capitalismo monopolista, as teorias de Taylor e Fayol trouxeram para o plano da empresa a impessoalidade burocrática, a especialização, a organização por tarefas, além da imposição de um sistema de condutas. “As pessoas alienam-se nos papéis, estes se alienam no sistema burocrático” (TRAGTENBERG, 2006, p. 244).

No texto *A escola como organização complexa*, de 1976, Tragtenberg realiza sua análise mais densa sobre a questão da educação. Esse escrito constitui um desdobramento das ideias presentes em sua tese de doutorado, embora nesse novo texto o autor tenha as atenções voltadas à escola. Ele a identifica como uma organização moderna marcada por uma rígida hierarquia, cuja preocupação maior consiste em formar indivíduos cada vez mais adaptados e adaptáveis como força de trabalho. A realização desses fins pressupõe a existência de uma burocracia pedagógica, estruturada em escala nacional nas formas da empresa capitalista e responsável pela organização do pessoal, pelo programa de trabalho, por inspeções e exames (TRAGTENBERG, 1982a).

As avaliações e os exames dão o eixo de toda a organização escolar e têm por razão de ser desenvolver o conformismo, por isso esses recursos são supervalorizados em detrimento dos critérios de eficácia ou valor. Em outro artigo, *Relações de Poder na escola*, publicado na revista *Educação & Sociedade* de número 20, Tragtenberg complementa: “[...] a avaliação deixa de ser um fim em si mesmo. O fim, que deveria ser a produção e transmissão de conhecimentos, acaba sendo esquecido. [...] O que prova a prova? Prova que o aluno sabe como fazê-la, não prova seu saber.” (TRAGTENBERG, 1985a, p. 43). Desse modo, a escola condiciona mais do que forma. Os conhecimentos trabalhados restringem-se à acumulação mecânica de noções ou informações mal digeridas. O resultado é uma pedagogia *paranoica*, indiferente à realidade concreta, estranha ao seu fim.

O administrativo tem precedência sobre o pedagógico, a burocracia no interior da escola é composta pelo *staff* (diretor, professores, secretários) e pelos cargos de linha (serventes, escriturários, bedéis). Assim, são várias as instâncias burocráticas que se articulam no

interior dessa organização complexa. Os papéis são bem definidos e controlados, os professores devem ser rígidos, e os pais não devem se intrometer em seu trabalho. Os professores na sua relação com o diretor esperam receber apoio, seja em relação aos alunos, seja quanto aos seus pais. Nenhum professor deve criticar seus colegas de trabalho, especialmente nas conversas com os alunos. O diretor é o mediador entre o poder burocrático da secretaria e a escola em seu conjunto, conseqüentemente, deve possuir as qualidades de um político: “[...] ter senso administrativo, ser especialista em relações humanas e relatórios oficiais” (TRAGTENBERG, 1982b, p. 40). Todo esse funcionamento exige, segundo Tragtenberg, boa dose de impessoalidade e dramaturgia: “[...] o culto da aparência, dos gestos, tem um valor legitimado na estrutura burocrática” (TRAGTENBERG, 1982b, p. 40). Assim, as práticas tecnicistas prevalecem na escola.

Na visão de Tragtenberg (1985a), o professor é um agente da reprodução social, “[...] como guardião de um saber estratificado, como o sacerdote das salvaguardas educacionais, como o profeta da necessidade do trabalho e do mérito vinculado a um esforço redentor” (TRAGTENBERG, 1985a, p. 44). No entanto, vale ressaltar que o autor chama a atenção para os aspectos contraditórios que podem advir dessa inserção específica do professor no sistema, os quais vêm à tona nos momentos de ascenso do movimento social. Nesses contextos, o professor pode assumir um papel contestatório, cujo desempenho depende marcadamente da dinâmica da sociedade civil, ou seja, de determinações oriundas de fora dos muros da escola.

Para resumir essa ideia, a escola pode ser um espaço marcado, sim, pela contradição, desde que articulada com a dinâmica da mobilização social externa a ela. Dentro dessas condições, o professor “[...] pressiona como questionador do sistema, quando reivindica. Essa é a ambigüidade da função professoral” (TRAGTENBERG, 2012a, p. 77). Note-se que a escola aparece como um espaço contraditório quando seus agentes se sobrepõem na contestação ao sistema, diferentemente da visão que prevalece em autores que foram partícipes importantes do debate educacional na transição para a Nova República, como Carlos Jamil Cury (1985) e Dermeval Saviani (2005), segundo os quais a contradição na escola tem como eixo os saberes que ela é capaz de ensinar, tendo em vista a dinâmica de luta de classes e seus desdobramentos na dinâmica interna da escola.

Fora das articulações com os movimentos sociais e por meio de sua organização interna, a escola cumpre seu papel essencialmente conservador, reproduzindo as relações sociais entre as classes quando desempenha os seguintes papéis: formar força de trabalho, inculcar a ideologia hegemônica pelo mecanismo das práticas escolares, reproduzir materialmente a divisão entre as classes, contribuir para manter as condições ideológicas das relações de dominação. Apesar de não criar a divisão entre as classes, a escola contribui para essa divisão e sua reprodução. Portanto, “[...] as organizações complexas controlam e domesticam as forças sociais. Elas codificam, centralizam” (TRAGTENBERG, 1982b, p. 45).

Em síntese, para Tragtenberg, duas são as funções conservadoras da escola: 1) a exclusão do sistema de ensino dos alunos das classes sociais inferiores; 2) a socialização à subordinação, ou seja, a transmissão ao jovem dos valores compatíveis com seu futuro papel de subordinado.

Por meio dessas ideias, o pensamento de Tragtenberg faz-se presente na revista *Educação & Sociedade* nos momentos em que os aspectos reprodutores da escola são colocados em relevo. Na revista *Educação & Sociedade* de número 4, é notória a presença das teses de Tragtenberg. O editorial trata da volta de Paulo Freire do exílio e aborda a desilusão pedagógica, que seria “[...] produto dos rígidos enquadramentos da cultura dos canais burocráticos [...]” (EDUC. SOC., 1979, p. 3), sendo que a chamada pedagogia burocrática seria um dos pilares de tal desilusão, pois dá “[...] ênfase no cumprimento rígido do programa, ao sistema de exames e à disciplinação do aluno” (EDUC. SOC., 1979, p. 3). E também no editorial da edição de número 8, que coloca a urgência de se pensar os fins da educação, em que se afirma que “[...] a questão da educação não é mais a de montar novos programas, novas técnicas, novas metodologias, ignorando as finalidades, as estruturas” (EDUC. SOC., 1981, p. 3).

### **Lutas sociais e auto-organização popular: caminhos para articulação entre meios e fins na educação**

Seus artigos publicados na revista *Educação & Sociedade* trazem experiências da autogestão entre trabalhadores da educação anarquista que poderiam ser pensadas como inspirações teóricas e práticas para a construção de alternativas para educação brasileira à época (TRAGTENBERG, 1978). Para o autor, a única saída para os problemas enfrentados era a construção de estratégias de baixo para cima.

Nos anos de 1980, ele foi um intelectual presente nos jornais de grande circulação, com colunas na *Folha de São Paulo* e no *Notícias Populares*. Não era incomum ele ser entrevistado e chamado a manifestar sua visão sobre os fatos políticos. Em duas reportagens da *Folha de São Paulo* do período, Tragtenberg expressou sua posição na defesa da autonomia dos trabalhadores em suas lutas, inclusive na educação. Na primeira, ele sugere que os professores se organizem “[...] sem entrar em partidinhos e nem se atrelarem ao Estado ou reitorias, que superem o corporativismo, juntem-se a todos os trabalhadores da educação e sejam constituintes de uma ação política real e autêntica” (TRATAMENTO..., 1985, não paginado.). Em outra ocasião, em 1980, diante da organização dos movimentos sociais em várias frentes, ele afirmou: “[...] através de sua prática construtiva, o povo destrói um dos mitos dominantes no país: da nulidade popular, da pretensa incapacidade do povo na prática da autogestão, na necessidade de ser tutelado, dirigido, mandado” (PARA TRAGTENBERG..., 1980, não paginado).

Essa posição teórica e política é assumida em alguns editoriais da revista, em que a presença de Tragtenberg se faz marcante: “[...] é ponto central da Revista *Educação & Sociedade* a luta pela auto-organização autônoma de todos os assalariados que, através de comissões fundadas nos locais de trabalho, possam se apresentar e não só se representar” (EDUC. SOC., 1982, p. 3). O editorial prossegue defendendo a autonomia frente ao Estado, ao Patronato e aos partidos políticos e manifestando-se contra qualquer imposição de “[...] aparelhos burocráticos” (EDUC. SOC., 1982, p. 3).

Tragtenberg trazia esse posicionamento para o movimento dos educadores. Na II Conferência Brasileira de Educação, ele coordenou um dos simpósios do eixo *Educação e participação popular*, denominada *Quando o operário faz a educação*. Participaram do simpósio três operários metalúrgicos: Waldemar Rossi, José Carlos de Brito e Luiz Heller Giannine; além de Célia Pezollo de Carvalho, que desenvolvera um trabalho com prostitutas

do cais do Recife ao longo de anos. Tragtenberg justifica sua presença no evento: “Eu achei muito importante um trabalho com mulheres. É uma categoria marginalizada que é a da prostituta na estrutura brasileira, importante, então, ouvi-la” (TRAGTENBERG, 1982b, p. 176).

Tragtenberg fez uma breve fala inicial ressaltando que “[...] a auto-organização do trabalhador é a condição de recuperação do saber por uma classe a quem a classe dominante só permite o fazer” (TRAGTENBERG, 1982b, p. 176). Coerente com as posições teóricas que defendia e com o título do simpósio *Quando o educador educa*, o coordenador da mesa ainda chama a atenção para a importância de escutar os operários em detrimento de apenas discorrer sobre eles e falar em seu nome – prática tão frequente nos meios universitários. Afinal:

Ele não só faz, pensa. É importante convidar trabalhador para se apresentar e não o Tragtenberg, a Chauí, ou não sei quem lá, ficar carismatizando essas coisas, que isso é o jogo do sistema. Toda vez que você carismatiza alguém você faz o jogo do sistema, e também você deixa de pensar e transfere a sua autonomia de pensar e agir para o 'iluminado' que, você espere que 'cague linha', que diga o que você tem que fazer (TRAGTENBERG, 1982b, p. 177).

As exposições dos conferencistas abordam as experiências educativas dos trabalhadores nas fábricas, desde o desenvolvimento específico de suas tarefas na linha de produção até os aspectos pedagógicos da auto-organização sindical, na preparação de greves e demais enfrentamentos com os patrões. Célia Carvalho apresentou a situação das prostitutas numa região do Recife que ela acompanhou entre 1959 e 1974. As trabalhadoras, muitas delas com idades entre 10 e 11 anos, desejavam aprender a ler para poderem se prostituir mais; diante desse tema polêmico e na interação com a plateia, Carvalho indicou “O problema é uma reestruturação da sociedade. Eu acho que Cuba mostrou muito bem que a prostituição acabou ou diminuiu em Cuba quando o processo de trabalho foi revisto” (CARVALHO, 1982, p. 193).

Portanto, o simpósio trouxe a articulação do tema da educação com aspectos da realidade do trabalho tanto nas fábricas quanto no submundo da prostituição. Trata-se de uma abordagem da problemática educacional relativamente pouco explorada no debate da época, mas ensejada pela defesa de Tragtenberg de que é necessário conectar a educação com seus fins, pensá-la em conexão com a realidade concreta. A mesa finalizou com um clamor de Tragtenberg para que se tirasse da II CBE uma moção dos operários. Esse tema foi alvo de grande polêmica, depois divulgada no *Jornal da Educação* que compôs a edição número 14 da revista. A proposta apresentada na II CBE foi a seguinte:

Para concluir, apenas uma questãozinha e que foi levantada informalmente ontem e eu acho importante para toda a Conferência. É o seguinte: vai se tirar uma moção em defesa do ensino público e gratuito sem priorizar áreas, porque a estratégia do MEC está em priorizar áreas para instituir o ensino pago nas outras. Então, o bom senso aconselha, a quem não for empresário da educação, que se faça uma moção que seja a favor do ensino público gratuito em todos os níveis. Porque senão caímos na armadilha do discurso do poder. [...] Vai comprometer todo o trabalho da CBE se ela tirar um manifesto priorizando o primeiro, o segundo ou o terceiro grau, em vez de colocar a educação em geral, como prioridade (TRAGTENBERG, 1982b, p. 201).

A moção não foi aceita na Assembleia Geral da II CBE, Célia Carvalho e Doris Accioly e Silva publicaram na revista *Educação & Sociedade* número 14 o texto: *Quando o operário faz a educação: Reflexões a partir da não aprovação de uma moção durante a II Conferência Brasileira de Educação*. As autoras trazem diversos questionamentos acerca dos motivos pelos quais a moção não teria sido aceita. A moção redigida pelos operários, além de defender o ensino público e gratuito em todos os níveis, sugere a participação dos trabalhadores na administração das escolas públicas, como parte de um projeto amplo de construção de uma sociedade igualitária e socialista.

Célia Carvalho e Dóris Accioly explicam que a moção foi negada com a alegação de que havia a necessidade de separar a questão operária da questão educacional. Então, inspiradas na análise teórica de Tragtenberg, elas questionam:

Em que circunstâncias é preciso separar 'etapas' no processo de democratização da sociedade? Lembramos aqui a não separação entre fins e os meios. Colocar a prioridade exclusiva do ensino público e gratuito separada da questão operária e sem discutir a especificidade da educação brasileira no momento atual, pode significar 'um passo adiante e dois atrás' (CARVALHO; ACCIOLY; SILVA, 1983, p. 127).

Manifestando revolta quanto à negativa da assembleia frente ao texto dos trabalhadores, agravada pela alegação de que se trataria de paternalismo aprovar apenas pela autoria operária do texto, as autoras retomam os argumentos que põem em relevo os aspectos liberais e, logo, conservadores da defesa da escola:

Resta saber o que é paternalismo; solidariedade para com o movimento autônomo da classe operária ou simples defesa do ensino público e gratuito como prioridade exclusiva? Não podemos esquecer que a proposta do ensino público e gratuito faz parte do ideário liberal e da própria necessidade de reprodução do capital e que tem sido uma das bandeiras dos países 'civilizados' mas nem por isso garantia de democratização da educação (CARVALHO; ACCIOLY; SILVA, 1983, p. 127).

### **A produção do saber submetida ao poder: a delinquência acadêmica**

Assim como no texto das autoras, Maurício Tragtenberg aponta recorrentemente os aspectos reprodutores e conservadores da escola regida por uma pedagogia burocrática ou paranoica. Os aspectos paranoicos dessa pedagogia consubstanciam o que o autor denomina como *A delinquência acadêmica*, título de sua palestra no I Seminário de Educação Brasileira, publicada na revista *Educação & Sociedade* de número 3. Nesse texto o foco dirige-se à Universidade, instituição que estaria crescentemente adaptada às pesquisas e à prestação de serviços aos interesses hegemônicos. A delinquência seria justamente expressão da “[...] não preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido” (TRAGTENBERG, 1979b, p. 76), no caso dos cursos de pedagogia, o alvo era a formação do administrador tecnocrático que se ocuparia de “[...] discutir os meios sem discutir os fins da educação, confeccionar reformas educacionais que na realidade são verdadeiras restaurações” (TRAGTENBERG, 1979b, p. 76).

Importava à Tragtenberg indicar como a Universidade estava vinculada à manutenção da ordem e o papel que o saber universitário exercia na sociedade. Em um texto, originalmente publicado em 1978, com o título *O saber e o poder*, o autor demonstra de que maneira “[...] o poder produz um tipo de saber necessário à dominação e em que medida esse saber aplicado reproduz o poder” (TRAGTENBERG, 1982c, p. 17). Ele identifica toda uma engrenagem que

envolve financiamentos e espaços para as pesquisas que privilegiam o que pode ser investigado em acordo com os interesses hegemônicos: “Uma pesquisa é determinada não porque se é obrigado a ter esta ou aquela orientação teórica para receber financiamento, mas recebe financiamento por ter esta ou aquela orientação teórica; trata-se de uma determinação que opera com alto nível de sutileza” (TRAGTENBERG, 1982c, p. 19).

O caso analisado neste artigo mencionado é o estadunidense, que demonstra uma tendência utilitarista de seu ensino superior. Tais universidades voltam-se a servir às empresas e ao Estado, embora façam uso de um discurso de neutralidade de caráter tecnicista que separa teoria e prática. Desse modo, intelectuais de diversas áreas do conhecimento, entre elas a Sociologia e a Antropologia, sem questionarem os fins do conhecimento que produzem, colaboram com o genocídio praticado pelos EUA em vários países:

A ciência social vê-se reduzida a simples fornecedora de elementos aos que detêm o poder nos EUA, para permitir a sua intervenção nos aspectos econômicos ou sociais do real, porém o maior problema é prevenir o conflito no local, do que vencê-lo. A cibernética serve à planificação automatizada da contra-revolução (TRAGTENBERG, 1982c, p. 21).

Os diagnósticos e análises que Maurício Tragtenberg desenvolve sobre a educação brasileira partem dos efeitos que a alvejam segundo a dinâmica da reprodução ampliada do capital e o processo de desenvolvimento capitalista no país. A industrialização deu-se por meio de uma lógica desigual e combinada, em que “[...] as articulações pré-capitalistas se subordinam às relações capitalistas e constituem condição de seu desenvolvimento” (TRAGTENBERG, 2012a, p. 13). O resultado é a manutenção do subdesenvolvimento, regiões inteiras deixadas na miséria; e, na educação, os índices de analfabetismo, evasão e repetência exprimiriam essa dinâmica de evolução econômica e social.

Segundo Tragtenberg, a industrialização legou novo valor à educação nos sistemas de relações inter e intraclasses. Os *mais bem-dotados*, evidentemente, os filhos das famílias mais ricas, são os que alcançam o diploma e são mais bem aproveitados nos cargos que exigem mão de obra qualificada e maior remuneração. Assim, o sistema educacional contribui para individualizar ideologicamente os incapazes, ou *carentes*. Na realidade, os ditos incapazes são as crianças pobres que adquirem apelidos variados que os qualificam e os estigmatizam como *cabeça oca*, *burro* ou *indisciplinado*. Assim, identificam-se diretamente a origem social do aluno e o *fracasso escolar*: “A escola consagra, no plano pedagógico, aqueles que no plano da origem socioeconômica já estão previamente escolhidos; premia os privilegiados e penaliza os desprivilegiados, outorgando-lhes o título de carentes” (TRAGTENBERG, 2012a, p. 15).

Por essa análise do autor, torna-se difícil conciliar a ideologia capitalista liberal da *igualdade de oportunidades* com um país sob a realidade do desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, diante da persistência da abissal desigualdade de condições sociais para o usufruto dessas oportunidades. Nesse ponto, Tragtenberg faz uma inversão na argumentação daqueles que defendem a escola nessa perspectiva liberal, afirmando que o “[...] messianismo pedagógico tem curta viseira [...]” (TRAGTENBERG, 2012a, p. 16), por não notar que a escolarização formal não só não salvou o país, como não se constitui como fator generalizante para a qualificação da mão de obra: “[...] quanto menos a escola tem esse papel tanto mais ela se realiza como aparelho ideológico, inculcando valores e o comportamento

das classes dominantes nas classes dominadas” (TRAGTENBERG, 2012a, p. 16). Essa afirmação baseia-se nos dados de uma pesquisa realizada à época por Helena Lewin, que constatou que somente 56,7% da mão de obra ativa era alfabetizada, 68% possuía o primário incompleto e menos de 5% alcançou o diploma do ensino superior (LEWIN, 1977).

Assim, se conformaria um sistema de ensino que distribui de maneira diferencial o saber, reproduzindo as classes sociais. Tragtenberg complementa indicando que as reformas educacionais que se discutiam no país ao final dos anos de 1970, sob a ditadura, expressavam apenas uma mudança de roupagem dos problemas. À época se divulgavam soluções tecnológicas produzidas fora do país para os problemas educacionais brasileiros. Repetidamente se sobrelevam as maravilhas dos *meios* e não se questionam os *fins*, não se problematiza a realidade concreta de atender interesses estrangeiros; e, quanto a esse ponto, Tragtenberg é incisivo:

O desconhecimento da realidade socioeconômica concreta não pode ser suprimido por nenhuma tecnologia educacional, por mais sofisticada que seja. Ela tem endereço certo: converter o sistema de ensino no grande mercado de quinquilharias audiovisuais, fabricadas pelas multinacionais e impingidas aos pobres como a última palavra do 'progresso' e da 'modernização' (TRAGTENBERG, 2012a, p. 20).

Para o intelectual autodidata, uma abordagem séria dos problemas educacionais brasileiros deveria estar relacionada com o enfrentamento do subdesenvolvimento por meio de reformas estruturais no plano da questão agrária, da intervenção dos mecanismos econômicos: “Tais elementos constituem pré-condição para uma discussão séria do problema educacional e para tentativas de solucionar seus pontos 'cruciais'. Educação, acima de tudo, deve ser vista como um bem público e não como mercadoria vendida no mercado de títulos acadêmicos” (TRAGTENBERG, 2012a, p. 33). Desse modo, o que se coloca em evidência é que o problema é localizado na educação apenas na aparência, pois suas origens estão no plano socioeconômico-político, embora haja uma relativa autonomia da educação.

### **À guisa de considerações finais: a atualidade do pensamento de Maurício Tragtenberg em tempos de descalabro educacional**

As principais contribuições de Maurício Tragtenberg para as reflexões acerca da educação e da produção científica brasileira têm como fundamentação teórica sua obra *Burocracia e Ideologia*. Neste livro, foi constituído um quadro teórico basilar em que se vislumbra a maneira como, a partir das teorias gerais da administração, ocorre o desbordamento da organização burocrática, em seu conjunto de normas de conduta e automatização dos sujeitos submetidos a um poder que tudo domina, em diferentes espaços sociais, entre eles, a instituição escolar como uma organização complexa.

Sem perder de vista em nenhum momento as condições concretas de um desenvolvimento desigual e combinado, marcado pela dependência externa e pela manutenção do subdesenvolvimento, Tragtenberg mostra como a escola e a produção de conhecimentos se consubstanciam numa preponderância dos meios. As discussões sobre a instituição escolar e a produção acadêmica são destituídas das indagações sobre as suas finalidades. A ausência desses questionamentos leva ao desprezo da realidade concreta, fundada numa desigualdade abissal das condições sociais entre as classes no país.

É possível que um estudo radical – que vá à raiz dos problemas – acerca das finalidades da escola e da produção científica no país contribua para compreender o descalabro que o país enfrenta na área. O que significa, hoje, educar para a adaptação e a conformidade? Adaptável a qual situação? Na segunda década do século XXI, o Brasil reforça suas bases agrário-exportadoras, além de intensificar um processo de reprimarização e desindustrialização. Sua economia pauta-se em dilapidar o meio ambiente, desflorestar e derrubar amarras para a devastação mais ampla das riquezas naturais, prova disso é que, depois do MICT e do MEC, o ministério com maior corte orçamentário em 2021 é justamente o do meio ambiente (ESCOBAR, 2021). Num contexto econômico como esse, o sistema escolar público coloca-se a adaptar e a conformar-se a uma realidade de inexistência de trabalho remunerado e de miséria crescente.

Os caminhos trilhados têm sido a absorção crescente da dinâmica interna da escola por políticas educacionais que hipertrofiaram as relações individualistas, competitivas generalizadas entre os agentes que a compõem. Quando a ideologia do *empreendedor de si* se torna diretriz do projeto pedagógico das escolas, difunde-se uma ideia de que se pode vencer a despeito da assombrosa desigualdade de condições sociais para usufruto das oportunidades.

Segundo Luiz Carlos de Freitas (2018), nas últimas décadas o Brasil tem norteado a política educacional a partir das avaliações censitárias; mais do que nunca a pedagogia paranoica a que se refere Tragtenberg contribui para compreender os rumos da educação, já que avaliações e exames que cobram a acumulação mecânica de noções e informações mal processadas dirigem as decisões nesse campo. As provas conectam-se a uma dinâmica de responsabilização de professores e dirigentes escolares lastreada em meritocracia que justifica bônus financeiros aos profissionais com melhores resultados. Tal dinâmica reforça o lugar do professor sacerdote das salvaguardas educacionais ou como aquele que faz o elogio do esforço redentor em nome do mérito ou das bonificações em tempos de arrocho salarial.

Assim, Tragtenberg identifica a visão encurtada dos educadores que enxergam potencialidades igualitárias na escola que se constitui nessas condições históricas. Ademais, defende a estratégia de auto-organização dos trabalhadores que imponha exigências à produção de conhecimentos convergentes com seus interesses, assim também coloca a autogestão da escola pelos trabalhadores da educação – incluindo os alunos – como condição de democratização escolar no caminho para reatar meios a fins nas atividades da educação e enfrentar a delinquência acadêmica.

## Referências

BLOCH, M., **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, C. P. Quando o operário faz a educação. *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 2., 1982. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANDE, CEDES, ANPEd, 1982.

CARVALHO, C. P.; ACCIOLY E SILVA, D. Quando o operário faz a educação: Reflexões a partir da não aprovação de uma moção durante a II Conferência Brasileira de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 14, 1983.

- CAZUZA. **O tempo não pára**. Composição Cazuzza e Arnaldo Brandão. Vinil LP. Gravado ao vivo no Caneção. Rio de Janeiro: Polygram, 14 a 16 de outubro 1988.
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- CURY, C. J., **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.
- EDUC. SOC. Atitude que um educador não deve tomar. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 17, 1984.
- EDUC. SOC. Editorial. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 11, 1982.
- EDUC. SOC. Editorial. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 8, 1981.
- EDUC. SOC. Editorial: Ilusão política, desilusão pedagógica. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 4, 1979.
- ESCOBAR, H. Orçamento 2021 compromete o futuro da ciência brasileira. *Jornal da USP*, São Paulo, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/orcamento-2021-compromete-o-futuro-da-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- FREITAG, B., **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1984.
- FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LEWIN, H. *et al.* **Mão de obra no Brasil: um inventário crítico**. Petrópolis: Vozes; PUC-RU; OIT, 1977.
- MARRACH, S. A. (org.) **Memórias de um Autodidata no Brasil**: Maurício Tragtenberg. São Paulo: Escuta; Unesp; Fapesp, 1999.
- MILLÔR Fernandes e o enorme passado que o Brasil tem pela frente. **El País**, São Paulo, 18 out. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/album/1539887428\\_664461.html#foto\\_gal\\_12](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/album/1539887428_664461.html#foto_gal_12). Acesso em: 15 mar. 2021.
- PARA TRAGTENBERG, iniciativa popular mostra outro país. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 dez. 1980.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 37. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- TRAGTENBERG, M. Educação brasileira: diagnóstico e perspectivas. *In*: TRAGTENBERG, M. **Educação e burocracia**. São Paulo: Unesp, 2012a.
- TRAGTENBERG, M. Relações de poder na escola. *In*: TRAGTENBERG, M. **Educação e burocracia**. São Paulo: Unesp, 2012b.
- TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

TRAGTENBERG, M. Memorial. **Pro-posições**, Campinas, v.2, n.2, mar. 1991.

TRAGTENBERG, Maurício. Capital, sindicato e gestores: João Bernardo. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 27, set./dez. 1987.

TRAGTENBERG, Maurício. Marx/Bakunin: ou marxismo e anarquismo. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 23, jan./abr. 1986.

TRAGTENBERG, Maurício. Relações de poder na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 20, jan./abr. 1985a.

TRAGTENBERG, Maurício. O discurso da servidão voluntária. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 21, mai./ ago.1985b.

TRAGTENBERG, Maurício. Sobre educação, política e sindicalismo. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 17, jan./abr.1984.

TRAGTENBERG, M. A escola como organização complexa. *In*: TRAGTENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora Cortez; Autores Associados, 1982a.

TRAGTENBERG, M. M. Quando o operário faz a educação. *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 2., 1982. **Anais [...]**. [S. l.]: ANDE, CEDES, ANPED, 1982b.

TRAGTENBERG, M. O saber e o poder. *In*: TRAGTENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982c.

TRAGTENBERG, Maurício. Educação e política: a proposta integralista. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 8, jan./abr. 1981a.

TRAGTENBERG, Maurício. FMU: a escola do regime. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 8, jan./abr. 1981b.

TRAGTENBERG, Maurício. O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária: Espanha 80. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 7, set./dez. 1980.

TRAGTENBERG, Maurício. Violência e trabalho através da imprensa sindical. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 2, jan./abr.1979a.

TRAGTENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 3, mai./ago.1979b.

TRAGTENBERG, Maurício. Francisco Ferre e a pedagogia libertária. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 1, set./1978.

TRATAMENTO político do ensino divide educadores. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 fev. 1985.

UHLE, A. B. B. Tragtenberg e a educação. In: SILVA, D. A., MARRACH, S. A. (orgs.), **Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Sociais**. São Paulo: Fapesp; Editora da Unesp, 2001.

---

**Fabiana de Cássia RODRIGUES**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001), mestrado em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Atualmente é professora do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do Grupo Histedbr e do GEPECS, na FE - Unicamp. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento social e educacional, movimentos sociais, história e historiografia da educação, história de periódicos educacionais. Autora do livro *MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980*.

---